



Universidade Federal
do Espírito Santo

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO CENTRO
UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPIRITO SANTO LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ZELITA BARROS ALVES

**A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO OLINDA II: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**



Figura 01: Painel da EEEF "Saturnino Ribeiro dos Santos"- Artista: Jailson Rodrigues
Fonte: Dalva Mendes de França, 2017

SÃO MATEUS
2019

ZELITA BARROS ALVES

**A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO OLINDA II: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, curso de Licenciatura em Educação do Campo, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Damián
Sánchez Sánchez

**SÃO MATEUS
2019**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos trabalhadoras/as que de alguma forma contribuiu na conquista desse Curso, em especial aqueles que lutaram incessantemente e deram suas vidas para que os sujeitos do campo pudessem viver com dignidade no/do campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ter concedido essa vitória que através de luta e desafios alcançar meus objetivos.

A minha família, em especial Dalva Mendes de França e família que juntos me incentivaram e contribuiu durante esses quatro anos para meu aprendizado, me dando suporte em todos os sentidos.

A todos educandas e educandas, jovens e famílias do Assentamento Olinda II que contribuíram com essa pesquisa.

Aos companheiros e companheiras da Turma Flávio Moreira, que estiveram esses quatro anos na luta comigo, me incentivando a não desistir.

Também ao companheiro que nos deixou, Darlan Antunes, por ter compartilhado saberes e experiências de vida marcantes.

Aos educadores e educadoras militantes dos Movimentos Sociais do Campo que sempre lutaram e ainda luta para a conquista e permanência do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, aos Professores da Universidade Federal do Espírito Santo, que estiveram esses quatro anos nessa caminhada.

Ao meu orientador Damian Sanchez Sanchez e Daniel Junqueira, em especial minha coorientadora Dalva Mendes de França pelo apoio incondicional.

RESUMO

Procuro neste trabalho dialogar com a juventude do campo - principalmente com os jovens do Assentamento Olinda II - sobre os desafios e perspectivas de viver no/do campo. O texto busca estabelecer conexões com as experiências de luta pela garantia do direito à terra, trabalho, escolarização, áreas de lazer na perspectiva de continuar vivendo no campo, mas com dignidade. Explicitar os desafios que ainda permanecem nesse processo de luta, na perspectiva de superá-los. Objetiva também identificar alternativas que possivelmente vêm impulsionando a batalha da juventude do campo nos processos de resistência e luta por uma sociedade justa, onde o jovem também possa ser reconhecido e respeitado como sujeito de sua própria História. De caráter qualitativo, o estudo tem como estratégia metodológica pesquisa participante, que nos possibilitou trabalhar com os seguintes instrumentos e técnicas de coleta de dados: questionários, pesquisa bibliográfica e observações vivenciadas na EEEF “Saturnino Ribeiro dos Santos”. Participaram da pesquisa educandos e educandas, educadores e educadoras do referido Assentamento pesquisado. Os resultados explicita o anseio dos sujeitos pesquisados permanecerem no campo, pois a grande maioria afirma gostar de onde vive, porém ressalta uma série de reivindicações para viver melhor no campo. Dentre elas, destaco: melhoria na qualidade da alimentação (que ela seja mais saudável), ampliação da escola para Ensino Médio, que tenha outros espaços de cultura, esporte e lazer.

Palavras-chave: Juventude, Cultura, MST, Educação do Campo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCESSOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	12
2.1 PROCESSOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPO NO BRASIL	12
2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO	14
3 O MST E A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO	17
3.1 EDUCAÇÃO NO/DO MST EM TERRITÓRIO CAPIXABA	21
3.2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO OLINDA II	22
3.3 A LUTA POR EDUCAÇÃO DO MST NO ASSENTAMENTO OLINDA II	25
4 A JUVENTUDE DO MST E SUA LUTA POR DIGNIDADE NO CAMPO	30
4.1 A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO OLINDA II: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICES	42
APÊNDICE 01	43
APÊNDICE 02	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Painel da EEEF “Saturnino Ribeiro dos Santos”- Artista: Jailson Rodrigues, página 01.

Figura 02 – Acolhida dos sujeitos da EEEF “ Saturnino Ribeiro dos Santos”, página 27.

LISTA DE SIGLAS

- CEE** – Conselho Estadual de Educação
- EFA** – Escola Família Agrícola
- EFAS** – Escolas Famílias Agrícolas
- EEEF** – Escola Estadual de Ensino Fundamental
- EEPEF** - Escola Estadual Pluridocente de Ensino Fundamental
- EI** – Educação Infantil
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- ES** – Espírito Santo
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MEPES** – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PJR** – Pastoral da Juventude Rural
- PRA** – Plano de Reforma Agrária
- PRONAF** – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- SEDU** – Secretaria Estadual de Educação
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- PPF** - Prática na Propriedade e na Escola

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o contexto socioeducacional da juventude do Movimento Sem Terra, bem como refletir sobre a juventude do campo, principalmente dos jovens do Assentamento Olinda II, situado no município de Pinheiros-ES.

Historicamente, o campo tem sido visto como lugar de atraso, onde os trabalhadores são considerados ignorantes, submissos. Com isso, a Educação no/do Campo sempre ficou à mercê de políticas compensatórias, produzindo assim a desmobilização da Educação do Campo, que se dá pela ausência de transporte escolar entrecampo, pelo fechamento de escolas, pela infraestrutura e equipamentos em condições precárias, bem como pela negação do direito dos povos do campo à escolarização.

Nesse sentido, travamos uma luta por mudanças profundas no campo, incluindo também a luta pelo direito a uma educação de qualidade, o saber e a cultura. A pesquisa se materializou na relação entre os sujeitos que a compõe, para tanto, utilizamos como estratégia metodológica a pesquisa participante (BRANDÃO, 2006), que nos possibilitou trabalhar com os seguintes instrumentos e técnicas de coleta de dados: entrevistas, questionários, análise documental e observações vivenciadas. Defini falar da juventude do campo porque faz parte da minha realidade, vivi parte de minha juventude no campo e não tive a oportunidade de permanecer vivendo na comunidade em que cresci. Hoje (2019) vivo em uma comunidade próxima a comunidade da juventude pesquisada e gostaria de saber mais sobre sua vivência e seus processos de luta por direitos.

Pensando dessa forma convidei educandos/educandas, educadores/educadoras, jovens de 14 a 30 anos. Os sujeitos da pesquisa são estudantes da EEEF “Saturnino Ribeiro dos Santos”, educadoras, servente e educandos/as que já estudaram na referida escola e cursaram o ensino médio na escola tradicional; filhos de camponeses que residem no Assentamento Olinda II, a 03 quilômetros do Distrito de São João do Sobrado, Pinheiros – Espírito Santo. A partir do diálogo com esses sujeitos buscamos juntos pensar estratégias para que os jovens que residem no Olinda II possam ir em busca de melhorias, com novas perspectivas de garantia dos direitos sociais, dentre

eles a educação, cultura, lazer para a juventude do campo em estudo. Nesse sentido procuramos debater a concepção de juventude, cultura e educação do campo a partir do questionário (perguntas e respostas sobre problematização aqui proposta) elencamos também como objetivo focar os desafios apresentados.

A pesquisa busca dialogar a respeito da juventude do Assentamento Olinda II, situado no município de Pinheiros/ES, no sentido de identificar os desafios encontrados pela juventude na perspectiva de permanecer vivendo no campo.

Busco neste trabalho estabelecer conexões com as experiências de luta pela garantia da terra, trabalho, escolarização, área de lazer para que os jovens possam continuar vivendo no campo, bem como analisar os desafios que ainda permanecem nos processos de luta da juventude do MST. Objetiva também analisar o contexto socioeducacional da juventude do Movimento Sem Terra, identificar as expectativas dos jovens do Assentamento Olinda II, bem como, compreender os desafios e possibilidades da juventude camponesa permanecer vivendo no campo e suas expectativas na luta pela garantia do direito de estudar no campo onde vive, uma vez que esse direito tem sido negado ao longo da história.

O campo faz parte da minha vida, sou filha de camponeses, sempre vivi no campo. Como inicialmente em minha juventude enfrentei muitos desafios para estudar e viver no campo, vi na comunidade do Assentamento Olinda II a possibilidade de retomar às minhas raízes. Além disso, já havia participado de diversas atividades nessa comunidade, e, a partir daí, conheci algumas pessoas, onde pude ampliar o diálogo para realizar esse trabalho.

Neste sentido, acredito ser importante entender a relação da juventude com o campo e às condições em que vivem em suas comunidades, compreender a partir da pesquisa, o que vem causando a saída dos jovens das comunidades camponesas, conhecer melhor a realidade dos sujeitos que ali vivem.

Inicialmente o que se propagava era que na referida comunidade, a maioria da juventude não permanece no campo, porque de acordo com relatos de alguns jovens,

muitos saem para trabalhar e/ou estudar nas cidades vizinhas ou na capital, por esses motivos me propus analisar se realmente são esses de fato os motivos que levam a juventude não permanecer no referido assentamento.

No capítulo 01 será abordado o contexto da Educação do Campo, bem como aspectos históricos da educação no/do MST no Espírito Santo e no Assentamento Olinda II. Tratará também da vivência das Famílias e da juventude do Assentamento Olinda II tanto no âmbito cultural quanto educacional.

O capítulo 02 trata da questão do MST e a luta pelo direito moradia, saúde, terra e educação, ao reconhecimento do movimento social, sua luta e resistência pelo direito de viver e permanecer no campo e continuar sonhando com um campo digno de seus sujeitos.

Já no capítulo 03 A juventude do MST e sua luta por dignidade no Campo, apresenta anseios e desafios dos jovens do Assentamento Olinda II, bem como análises da pesquisa, no intuito de proporcionar voz a juventude, suas angústias e sonhos, na perspectiva fortalecer organização e luta para que seus direitos sejam conquistados. Seguem as considerações e as referências.

2 PROCESSOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipais, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção de educação do campo que valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

A educação do campo tem se formado a partir das observações feitas pelos indivíduos envolvidos com a vida no campo. Percebe-se a importância da educação para a emancipação na edificação do novo projeto de sociedade desejada.

2.1 PROCESSOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPO NO BRASIL

A trajetória histórica da educação do campo em nosso país tem sido marcada pela ausência de políticas públicas que atendam às reais necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, não reconhecendo o povo do campo como sujeito da política, de cultura, da pedagogia e de sua própria história. A estratégia dos sucessivos governos é tentar sujeitar esse povo a uma educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. Segundo Caldart (2002a, p. 29)

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombolas e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas.

A partir de uma contribuição histórica, em 1998, na I Conferência Nacional, Por Uma Educação Básica do Campo, o campesinato avança na consolidação de Diretrizes e na concepção de Educação do Campo como processo de formação humana que se prolonga por toda a vida. Esse processo formativo está intrinsecamente ligado ao

processo de transformação social e de construção de um projeto de ser humano, de campo e de sociedade (CALDART, 2008). Em outro momento, Caldart (2012, p. 257) acrescenta:

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação.

Nesse contexto, acreditamos que a escola também é um importantíssimo espaço de troca de aprendizagem e de enriquecimento cultural. Sendo assim, exerce um papel primordial na formação dos jovens que também são integrantes dela, subsidiando, dessa forma, ações voltadas aos interesses e desafios da realidade do homem e da mulher do campo, uma vez que esses sujeitos são filhos da terra, protagonistas e continuadores da luta por um campo digno das famílias que produzem para alimentar a população brasileira.

Sposito e Carrano (2005, p.) concebem a juventude como “uma condição social e um tipo de representação, pois a sociedade impõe uma imagem muito variada à forma como cada sociedade, em determinado tempo histórico e contexto sociocultural lida com esse momento e o representa”.

Por isso a importância da inclusão social na vida desses jovens. Daí vem a necessidade de equipamento e serviços públicos também no Campo respeitando o direito do ser: como moradia, saúde, educação, cultura e lazer. Do ponto de vista do que foi pesquisado em relação aos desafios e possibilidades da juventude do Assentamento Olinda II, percebe-se que há limites, tais como ao processo de continuidade da escola do assentamento, área de lazer, valorização da cultura camponesa, que devem ser debatidos na perspectiva da reconstrução de uma proposta coletiva, juntamente com a comunidade e com os jovens que ali residem.

A agricultura camponesa pode ser um espaço de produção conjunta, de cultura, de saberes coletivo. A juventude do campo busca desenvolver em seu território original,

não pode ser perdida, por sua vez contribui para a identidade de ser “do campo”. Esses seres do campo são os próprios que ali residem os camponeses, jovens filhos de camponeses, que ali estudam, vivem e se fazem história com sua história.

O movimento no campo não é só de homens. Todos, mulheres, homens, crianças, jovens integrados nesse movimento social, constituindo-se como sujeitos de direitos. Acordando e lutando. A escola reconhecendo a história concreta de cada educando, do coletivo, da diversidade dos gêneros, das raças, das idades... (AROYO e FERNANDES, 1999, p.24).

Os esforços do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra prosseguem na batalha pela garantia à Educação, por outro projeto de Campo, ancorado em um projeto alternativo de educação e de sociedade (FIRMINO e GONÇALVES, 2010), onde os sujeitos do campo possam viver no e do campo com dignidade.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO

No Brasil desde de o princípio quem governava era a alta sociedade (elites), eles diziam que o povo do campo não precisava estudar, e esse direito foi negado a eles por décadas, o campo era considerado um lugar de “atraso” e que só as cidades tinham esse direito (WHITAKER E ANTUNIASSI ,1992).

O modelo escolar brasileiro a partir da década de 1940, segundo Whitaker e Antuniassi (1992) incluía três características, visando conteúdos focados no processo de urbanização e industrialização que só privilegiava interesses de certas classes sociais e deixava de considerar as diversidades dos sujeitos sociais existentes no Brasil, como cultura, e suas diversas formas de se organizar o trabalho e a vida.

De acordo com os autores, as escolas do campo convencional eram fechadas para a comunidade, a mesma não interagira com pais e mães das educandas/os, por sua vez esses pais só compareciam quando eram convidados para ouvir “reclamações “e não para participar da vida cotidiana dos seus filhos. As questões que deveriam interessar a juventude, como trabalho, renda, meio ambiente, lazer, afetividade, sexualidade, violência, normalmente não constavam no currículo escolar, portanto esse era considerado um dos fatores que levavam em consideração a se ausentarem/abandonarem as escolas existentes no campo. Outros fatores,

como a precariedade de profissionais do campo, infraestrutura e distância das escolas, além da não percepção e assimilação dos conteúdos aos quais as educandas/os eram submetidas/os, sem levar em consideração o contexto de sua realidade, ou seja, não era possível fazer uma apropriação do que era ensinado com as problemáticas do dia a dia da vida dos povos do campo.

Enfatizam ainda que, outro fator que determinava a evasão escolar, era a necessidade de ter como mão de obra complementar a força de trabalho dos filhos para ajudar a manter o orçamento, já que a crise financeira daquela época castigava as/os agricultoras/os familiares.

Percebe-se ainda o descaso do Estado, no que se refere a políticas públicas que contemple Educação do Campo, uma vez que, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, o que constata é que as escolas do campo foram rejeitadas e ao longo da história considerada inferiores.

Dessa maneira nota-se que o Brasil tem um índice de escolaridade muito baixo em todo o país, explica também o alto índice de analfabetismo, registrando a taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais, em 2014, cerca de 13 milhões de habitantes. Essa realidade demonstra a ausência de compromisso do Estado com os povos do campo, em todo o Brasil (BRASIL/MEC, 2016).

O problema da educação do campo no Brasil como já vimos, também serve de base para entender a realidade vivenciada pela Educação do Campo no estado do Espírito Santo, repetindo com ou até maior intensidade, o descaso governamental, no âmbito educacional em especial, com a Educação do Campo. No Espírito Santo tem sido uma das referências, no cenário nacional, ao se destacar pelas experiências de uma Educação do Campo diferenciada, sendo o estado pioneiro, que no final da década de 60, introduziu a Educação do Campo no Brasil, um modelo de escola que adota a Pedagogia de Alternância, através das Escolas Famílias Agrícolas/EFAS do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo MEPES, que acabou exercendo forte influência e tendo papel importante na formação de populações do campo, tendo como ênfase a formação da juventude camponesa.

Porém, no estado do Espírito Santo, a rede MEPES possui 14 escolas, das quais 5 atende também ao ensino médio profissionalizante, envolvendo cerca de 100 monitores, 2.000 educandos, milhares de educandos que estudaram nas referidas escolas e 6.000 membros das associações de pais, além de prestar assessoria pedagógica a outras 10 escolas municipais, que adotam a mesma pedagogia (DALMAGRO, 2010).

A partir da análise do contexto educacional em áreas de Reforma Agrária, percebe-se que a juventude aponta como anseio permanecer estudando o Ensino Médio, em sua comunidade, uma vez que, as escolas de assentamentos MST/ES, só contempla estudantes do Ensino Fundamental. Porém continua sendo um grande desafio para o Setor de Educação MST/ES a luta por escolas de Ensino Médio.

3 O MST E A LUTA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO

O Movimento Sem Terra vem sendo definido, por seus sujeitos Sem Terra como um movimento social por sua luta e resistência, no sentido de batalhar por direitos sociais. Desde o princípio tem como objetivos: a luta por terra, por Reforma Agrária e por justiça social (FRANÇA, 2013). Entretanto, entendemos que é necessário envolver trabalhadoras/trabalhadores em ações de formação, dentre as aprendizagens que possibilitam a transformação dos sujeitos.

Na gênese do MST estão as marcas da cultura camponesa e religiosa, que se rearticulam também vinculadas à cultura da luta social. Nesse sentido, o MST surge como herdeiro das lutas camponesas que o antecederam, de onde o Movimento extraiu princípios organizativos como a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, o estudo, a luta de massas e a vinculação com a base (FRANÇA, 2013, p. 115)

De acordo com os Princípios da Educação do MST (MST, 1996) a educação esta é uma palavra que todo mundo usa e por isso mesmo, tem muitos sentidos. Em sentido amplo, podemos dizer que a educação é um dos processos de formação da pessoa. Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade. Por isso ela está sempre ligada com um determinado projeto político e com uma concepção de mundo.

Em geral, e também no caso do MST, sempre associamos muito educação com escola. Talvez porque vivemos num momento da história das sociedades onde uma significativa parte da socialização (principalmente das crianças) é atribuída à escola. Quando surgiu o Setor de Educação do MST/ES em 1987, foi para tratar da questão das escolas de assentamentos e acampamentos.

Aos poucos estes conceitos vêm sendo ampliados, porque o Setor de Educação já atua em bem mais frentes do que está para a qual ele foi originalmente criado, e também as práticas de educação vão bem além do Setor de Educação. Resumindo, então, podemos dizer que atualmente falar da educação no MST inclui pelo menos o seguinte: escolas de Ensino Fundamental dos assentamentos; escolas reconhecidas pela SEDU dos acampamentos; alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos

dos acampamentos e assentamentos; educação infantil (0 a 6 anos) nas famílias, nas creches, nas pré-escolas; escolarização da militância em cursos supletivos ou em cursos alternativos do Ensino Fundamental e Médio; cursos de formação de professores, de monitores, de educadores infantis, de outros formadores. Ou seja, de certo modo o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início. Daí porque a complexidade do nosso trabalho vem aumentando o que de um lado traz algumas dificuldades a mais e de outra vem nos permitindo avançar mais rápido na própria reflexão teórica sobre a nossa proposta de educação. Ao abordarmos aqui os princípios da educação no MST, estamos pensando especialmente nestas práticas pedagógicas mencionadas, embora também possam ser relacionados, de algum modo, com as demais práticas de formação do conjunto do MST. Consideramos a educação uma das dimensões da formação humana dos sujeitos.

Este é o horizonte que define o carácter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, vinculado aos processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, na perspectiva da justiça social, da radicalidade democrática e dos valores humanistas e socialistas (MST, 1996).

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), demandam do Estado iniciativa no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo.

Nos dias atuais, o Movimento Sem Terra vem tencionando as secretarias municipais e estaduais de educação a necessidade de ampliar os níveis de escolaridade no que se refere a Educação do Campo, uma vez que atualmente (2019) não existe escolas de Ensino Médio em áreas de Reforma Agrária MST/ES.

Segundo o levantamento do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014, no Brasil, o MST possui em suas áreas um quantitativo de mais de 2000 escolas públicas tanto em assentamentos quanto em acampamentos, beneficiando mais de 200 mil educandos e educandas, desde a formação básica fundamental, média e

ensino de jovens e adultos (EJA). O MST com seus cursos organizados já formou mais de dois mil educadores em cursos formais, incluindo o Ensino médio e superior. Na EJA o número de turmas organizada pelo MST é de quase mil e o total de educandos e por volta de cinquenta mil já alfabetizados (DALMAGRO, 2010).

Entende-se que uma ampla rede de escolas, na sua maior parte públicas, que se localizam em áreas de influência do MST ou sob sua coordenação, a educação vem sendo pautada na formação humana, trabalho coletivo, na auto-organização e na gestão democrática. A proposta escolar desenvolvida no MST desperta a atenção pela sua experiência de trabalho pelo seu conteúdo, pelas condições reais de trabalho de muitas delas e do próprio MST, que por vez faziam questionavam qual era o papel das escolas de Assentamentos/acampamentos no fortalecimento da luta dos movimentos sociais do campo, Pois convivendo com essa realidade, identificamos o empenho e esforços das famílias assentadas, acampadas e de militantes com relação à escola que possibilita a garantia um diferencial dessa instituição nesse espaço.

A educação no MST surgiu com a necessidades de articular escolas para crianças assentadas e acampadas que precisavam estudar, garantindo assim uma educação diferenciada nos primeiros assentamentos, como fruto da luta de trabalhadoras/tradbalhadores.

No período de 27 a 30/07/1987 foi realizado em São Mateus o **I Seminário Nacional de Educação em Assentamento**, com esse acontecimento inicia-se a articulação de uma reflexão coletiva e a elaboração de uma proposta para as áreas de acampamentos e assentamentos do MST. Neste seminário o Movimento fazia as seguintes reflexões: O que queremos com as escolas de assentamentos? Como fazer as escolas que queremos? Esse acontecimento contribuiu para a articulação das escolas nos assentamentos e acampamentos e essa foi a preocupação das famílias Sem Terra com a escolarização de seus filhos e que tipo de educação queriam eles para seus filhos.

A partir de 1987, o Setor de Educação¹ foi criado e tinha como desafio inicial a elaboração de uma proposta de educação coerente com os objetivos das escolas dos assentamentos, concretizar escolas de 1ª a 4ª series nos assentamentos (e em alguns locais nos acampamentos), e assim ter capacidade de habilitar educadores (as) para desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade.

E com esse projeto de educação das escolas de assentamentos surge a necessidade de rasgar as limitações do modelo de educação que está em vigor, contrário aos objetivos do homem do campo, e em particular o MST. De acordo com os princípios pedagógicos da educação no MST (1999), as educadoras/as das escolas dos assentamentos vêm desenvolvendo práticas pedagógicas que possibilite contribuir com os processos de formação humana, rumo a mudanças sociais.

Os diálogos entre famílias, educadores/as e educandas/os, Setor de Educação MST/ES resultou na consolidação de uma proposta, com base nos Princípios da Educação no Movimento Sem Terra (MST, 1996). Estes princípios têm sido pressupostos que orientam a educação do Movimento Sem Terra.

- 1) Relação entre prática e teoria;
- 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação;
- 3) A realidade como base da produção do conhecimento;
- 4) Conteúdos formativos socialmente úteis;
- 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho;
- 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
- 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
- 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura;
- 9) Gestão democrática
- 10) Auto-organização dos/das educandas/educandos;
- 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras;
- 12) Atitude e habilidades de pesquisa;
- 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

¹ O MST se organiza em Setores diversos, como o de Saúde, Gênero, Juventude e Cultura, Educação, dentre outros. O Setor de Educação tem a função de pensar - junto com os sujeitos envolvidos nos processo educativo

- formação dos Sujeitos Sem Terra, acompanhar e coordenar as escolas de assentamentos e acampamentos do MST.

Nesta caminhada histórica o MST vem construindo coletivamente uma proposta pedagógica visando contribuir para formação desses sujeitos críticos-participativos que buscam transformar a sociedade.

3.1 EDUCAÇÃO NO/DO MST EM TERRITÓRIO CAPIXABA

A luta dos trabalhadores Sem Terra no estado do Espírito Santo por Educação acontece a partir de lutas por partes dos pais, alunos e professores e comunidade. Esses pais trabalhadores sempre se preocuparam com uma escola voltada à realidade do homem do campo. Desta forma, surge então em 1984, nos assentamentos, as primeiras escolas de 1ª a 4ª series, a EEPEF “Córrego de Areia”, no município de Conceição da Barra.

Com a luta e organização surge a necessidades de oferecer uma escola voltada à realidade dos adolescentes e jovens assentados. Nasce no MST/ES o desafio de implementar escolas de 5ª a 8ª series nos assentamentos.

Esse desafio entra em funcionamento em 1985, com a primeira escola de 1ª grau de assentamento. Essa primeira experiência se concretizou no assentamento “Pontal do jundiá” no município de Conceição da Barra com uma proposta que foi elaborada com a assessoria da EFA (Escola Família Agrícola) e a discussão coletiva entre assentados e os professores (FRANÇA, 2013).

A partir de experiências realizadas nas Escolas agrícolas (EFAs), as escolas de assentamentos utilizam a pedagogia de alternância nas turmas de 5ª 8ª serie, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), nº 97/92, aprovado na Sessão Plenária do dia 07/12/92. No regime de alternância os educadores permanecem uma semana em casa e outra na escola, integrando escola família e comunidade, através dos Temas Geradores, utilizando a metodologia dos planos de estudos, onde são desenvolvidos os temas geradores.

É nesse momento que surge o grande desafio, que é trabalhar com temas geradores através de (pesquisa, questionários e possíveis soluções). Nos acampamentos e assentamentos as crianças desde as séries iniciais começam a ler, escrever e a calcular a realidade, partindo de sua própria vivência. Os temas abordados ajudam os educandos refletir e trabalhar junto com os educadores/as ensinando e aprendendo, valorizando e fortalecendo o trabalho coletivo.

As escolas de assentamentos constroem suas práticas pedagógicas coletivamente, pois são as próprias educadoras/educadores, coordenadoras/coordenadores e que juntamente com o Setor de Educação do MST/ES estão sempre acompanhando, avaliando e planejando o trabalho desenvolvido nessas escolas. As secretarias de Educação também exercem influência principalmente na questão burocrática (exigências legais), tais como: matrícula, certificação dos estudantes, manutenção de funcionários.

Segundo França (2013), no período de 1985/1990 havia no estado do Espírito Santo, 13 (treze) escolas, atendendo às séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Com o avanço gradativo na conquista de áreas de Assentamentos, em 1997 ampliou-se também o número de escolas para 31 unidades. Em 2013, registra-se a existência de 26 (vinte e seis) escolas de Ensino Fundamental, sendo que 09 (nove) delas funcionam como unidades de Ensino Fundamental completo. As demais ofertam apenas as séries iniciais, e em 07 (sete) escolas há a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Existem – também – 17 (dezesete) turmas de Educação Infantil. Nessas escolas são atendidos 1.578 educandos/educandas, sendo 264 crianças de Educação Infantil, 808 das séries iniciais do Ensino Fundamental, 421 das séries finais e 95 da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3.2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO OLINDA II

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem conquistando muitas vitórias no decorrer da sua trajetória, dentre elas, temos a consolidação do assentamento Olinda II, situado no Distrito de São João do Sobrado, no município de Pinheiros,

estado do Espírito Santo. O referido assentamento se consolidou no dia 12/01/1996 (PIZETTA e SOUZA, 2005).

Este assentamento foi organizado dentro das normas e princípios do MST, pois os coordenadores (as) dos núcleos de base se envolveram ativamente nas atividades realizadas na comunidade e região, participaram de encontros e reuniões promovidas pelo MST, mantendo assim a organização e envolvimento das famílias assentadas nos processos de luta do Movimento.

De acordo com o plano de recuperação do Assentamento Olinda II (2005), os assentados são oriundos da 13ª ocupação do MST, Fazenda Boa Vista, município de Conceição da Barra, no início de 1997, foi realizado a negociação para a compra da fazenda Olinda II, no município de Pinheiros, juntamente com o INCRA. No dia 12 de janeiro, as 86 famílias deslocaram da fazenda Boa Vista para a fazenda Olinda II e permaneceram acampados até a criação do Plano de Reforma Agrária-PA.

Os assentados que passaram pelo processo de ocupação, em sua grande maioria capixabas, baianos e mineiros trabalhadoras (es), motivados (as) pela crise econômica, consequência do desemprego e de respeito à cultura do homem do campo. Esses camponeses ficaram acampados, passaram por inúmeros desafios para retornarem às suas raízes.

O assentamento Olinda II está organizado em agrovila e os lotes de algumas famílias ficam de 3 a 4 km de distância de seus lares. Antes, os assentados trabalhavam em suas lavouras e retornavam para suas casas na agrovila, mas no decorrer dos anos, essas famílias acharam melhor construir pequenas casas em seus lotes, para ficarem mais próximas das áreas de produção e facilitar o cultivo das lavouras de café, coco, hortaliças, pomar, pequenas criações, na perspectiva de produzir alimentos e viver com dignidade no campo.

Muitas famílias no assentamento cultivam apenas para o consumo próprio. Há famílias que sobrevivem vendendo leite e seus derivados, farinha, goma, beiju, pois algumas não tem condições de investir nas lavouras. Outras famílias cultivam diversos tipos de frutas, mas não tem como negociar as mesmas porque não tem um

carro para levar as frutas para vender nas cidades. Nessa situação de desestruturação, a sobrevivência de algumas famílias tornou-se muito difícil. Para aquelas famílias que passaram pelo processo de ocupação a resistência (...) permanecem porque muitas famílias falam que hoje eles moram no paraíso e que dali só sairão quando morrerem. E como ainda não existe uma política pública, voltada para o trabalhador do campo que se auto sustentar para viver com dignidade.

Os camponeses (as) procuram fazer financiamento nas agências bancárias PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para investir nas lavouras e em outros tipos de atividades para trabalhar e viver melhor. Atualmente as culturas agrícolas predominantes são café, maracujá, coco, citros, frutas, hortaliças. Além dessas produções, o assentamento possui um grupo de mulheres que desenvolve diversos trabalhos artísticos (bordados, bonecas, tapetes, biscuit, ponto russo) que contribuem com a renda familiar.

O assentamento conta com uma boa estrutura: 01 escolas que funciona desde a Educação Infantil ao 9º ano e uma Turma de EJA 2º Segmento, no período noturno. Existe também, 01 igreja católica, 95 casas, 01 galpão e uma ampla produção de café. Vale ressaltar que os níveis de escolaridade têm se expandido devido à necessidade de as famílias assentadas estudarem em uma escola que respeita e valoriza as camponesas/camponeses e busca atender suas especificidades.

Hoje o assentamento conta com 87 famílias assentadas, totalizando aproximadamente 600 pessoas, sendo que mais de 50% da população são crianças adolescentes e jovens.

No coletivo, fica mais fácil enfrentar os desafios e avançar rumo a novas conquistas. Além dos núcleos, há também outros espaços organizativos como: Associação de assentados, Conselho de Escola que lutam juntas, na perspectiva de construir uma vida melhor.

A igreja católica tem um papel importante na comunidade, pois contribui com reflexões e debates na perspectiva de juntas, lutarem pela garantia dos direitos e pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadoras e trabalhadores.

3.3 A LUTA POR EDUCAÇÃO DO MST NO ASSENTAMENTO OLINDA II

A comunidade do Assentamento Olinda II juntamente com o Setor de Educação do MST/ES, reivindicou a Superintendência Regional da Educação microrregional Extremo Norte Montanha/ES, em 1996, uma escola para os filhos e filhas dos assentados e assentadas. A solicitação foi baseada nas necessidades e nos direitos das crianças estudarem, enfocando a proposta de Educação do MST.

Em agosto de 1997, a comunidade improvisou os equipamentos para o funcionamento da escola. Foram providenciados bancos, mesas, fogão a lenha entre outros, através da campanha nas escolas de outros assentamentos. As crianças traziam seu próprio material de uso pessoal como: copos, pratos, talheres dentre outros, para suas refeições.

Na fazenda Olinda existiam três casas que poderiam funcionar como escola, pois não tinham uma estrutura para atender as necessidades básicas dos/as educandos/as e dos/as educadores/as. As salas eram pequenas. Só em uma sala conseguiram fazer o quadro-negro. Nas outras salas a professora escrevia em um papelão e apagava com um pedaço de tecido. Não tinham material didático. Só existiam crianças e criatividade das educandas.

A escola funcionava como anexo da Escola de Primeiro Grau São João do Sobrado a três km do assentamento, no distrito de São João do Sobrado, município de Pinheiros. Nesse período a escola EEPEF “ Saturnino Ribeiro dos Santos” ainda não havia sido criada, pois de acordo com a Superintendência Regional de Educação de Nova Venécia/SEDU a escola não possuía uma estrutura que atendesse as exigências legais. Sendo assim, ela teria que estar vinculada a uma escola mais próxima, nesse caso, a EPG “São João do Sobrado”.

Assim, toda documentação e atendimento seria de responsabilidade da referida escola, mas a experiência de sala anexa não atendeu as expectativas da comunidade do Assentamento Olinda II e do Setor de Educação do MST, porque durante os três anos que a escola do assentamento permaneceu anexa à escola do Distrito de São João do Sobrado, a escola Saturnino suas especificidades não foram garantidas. As educadoras/es que trabalhavam na escola Saturnino, participavam de processos de formação do MST constantemente (Encontros Estaduais e Regionais, Locais).

Nesse sentido, os principais desafios encontrados para colocar em prática a Proposta da Educação do MST foram: a falta de material de apoio para enriquecimento das aulas de vídeos, televisão, som, livros de literatura infantil e de fonte de pesquisa para as crianças e professores; ausência de merenda e/ou servente onde alguns pais/mães começaram a dividir as tarefas de forma voluntária; bem como, falta de saneamento básico, água tratada, energia elétrica na escola e no assentamento. Ausência de apoio de Secretaria do Estado de Educação (SEDU).

Em 1997, quando iniciou as aulas no assentamento Olinda II, o número de crianças era quase 100 educandas/os. No ano de 1998, existiam 80 crianças, divididas em quatro turmas, que foram divididas por série 1ª (02 turmas, matutino e vespertino), 2ª, 3ª e 4ª séries (turma única).

No ano seguinte (1999), já existia número de educandos suficiente para três turmas, uma vez que, algumas famílias venderem seus lotes para voltarem a seu local de origem, as famílias que compraram os direitos, tinham poucos filhos ou mesmo já haviam concluído o Ensino Fundamental.

Em 2000, foi criada a E.E.P.E.F “Saturnino Ribeiro dos Santos”, através do decreto nº 436-R publicado no Diário Oficial do Espírito Santo em 06/12/2000. A partir de 2001, a turma tornou-se multisseriada, devido à redução de crianças. Esse fato contribuiu para o aumento da problemática da escola, porque as turmas foram agrupadas, ou seja, a sala tornou-se multisseriada.

Vale destacar que a limpeza da sala era realizada pela professora, com o apoio das crianças. Em relação a merenda, eram as mães que se organizavam para fazer. Além disso integrantes da comunidade cuidavam da limpeza da cozinha, as vasilhas eram lavadas em um riacho que tem no assentamento, porque na escola ainda não tinha água encanada. Em 2002, iniciou-se a Educação Infantil – CMEI “ Assentamento Olinda II”, pelo Município, numa sala anexa da CMEI “Doce Lar”, situada a 3km do Assentamento Olinda II, no Distrito de São João do Sobrado. Desde o início que a turma estudava em período integral em uma sala emprestada do prédio da EEPEF “Saturnino Ribeiro dos Santos”. A partir de 2003, a Escola passou a receber o recurso federal do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Esse fato contribuiu com a ampliação de material didático e alguns aparelhos áudio visuais, cooperando assim com a qualidade, criatividade das aulas, e autoestima dos educadores/as.

Ao realizar a pesquisa de campo e vivenciar experiências no Assentamento percebe-se que há 87 famílias assentadas, no entanto, o número de jovens que permaneceram na comunidade antes da existência da escola de Ensino Fundamental completo é de aproximadamente 30%, dos 27 jovens. Diante dessa realidade a juventude se deslocava para a escola do Distrito de São João do Sobrado para estudar e ao chegar no Distrito os valores, cultura aos poucos iam se perdendo, pois a escola está situada no campo, mas o que se ensinava/ensinam na escola não levava/leva em consideração as características dos jovens do campo, ou seja, a escola não trabalhava/trabalha conteúdos que dialogam com a realidade camponesa, a maioria dos professores desta escola acredita que o campo não é bom, que é atrasado e ninguém sabe e não aprende conteúdos científicos socialmente produzidos pela humanidade.

No entanto, a partir de diálogos com os jovens do assentamento Olinda II, percebe-se que, na escola do campo onde eles estudaram/estuda é possível ter escola de boa qualidade, com espaços de lazer, diversões, cultura, de troca de saberes, de produção e conhecimento. Relatam ainda que a terra é fonte de produção de alimentos saudáveis, que mesmo diante das dificuldades possibilita aos sujeitos do campo sobreviverem. Porém “a arte de produzir não pode ser mais importante que a arte de

se divertir, de sonhar de construir nossos futuros, isso tudo faz parte da existência humana” (BOGO, 1999, p. 85).

Atualmente (2018) a EEEF “ Saturnino Ribeiro dos Santos” conta com educadores 11 educadores, 01 (um) coordenador, 01 (uma) secretária, 01 (uma) auxiliar de serviços gerais e 01 (uma) merendeira.

Além das disciplinas da base comum, aos educandos/as estudam, Ciências agropecuárias, Projeto de Pesquisa, Plano de estudo, Prática na Propriedade e na Escola (PPF).

A escola possui uma estrutura básica, sendo que uma parte do prédio foi construído pela comunidade escolar:

- 06 salas de aula;
- 01 secretaria;
- 01 biblioteca;
- 02 banheiros;
- 01 cozinha;
- 01 dispensa;
- 01 refeitório;
- 01 pátio amplo;



Figura 02 - Acolhida dos sujeitos da EEEF “ Saturnino Ribeiro dos Santos”
Foto: Dalva Mendes de França, 2016

A escola possui ainda uma área de 05 hectares para o cultivo de hortaliças, horto medicinal, culturas perenes e anuais, jardim, pomar e área de lazer.

Embora exista algumas conquistas, ainda há muitos desafios para serem superados, pois os sujeitos da escola ainda não têm acesso a um laboratório de informática, de química e biologia, quadra poliesportiva, biblioteca e salas amplas e arejadas, ausência de equipamentos agrícolas, sala de estudo para os educadores/as.

De acordo com o diálogo realizado junto às famílias do Assentamento Olinda II, mesmo diante dos desafios percebem a importância de seus filhos viverem no/do campo, aprendendo a lidar com a terra, a se auto organizarem, conviverem em grupo, pois a escola trabalha a importância da terra, da luta, da produção e os valores e características dos camponeses/camponesas, a valorização do homem e da mulher do campo.

Vale ressaltar que se não existisse os sujeitos do campo para plantar, a cidade não teria o que comer, porque quem alimenta a nossa população brasileira é o trabalhador/trabalhadora do campo. Além disso quem possivelmente dará continuidade ao cultivo da terra serão os jovens que moram o campo.

4 A JUVENTUDE DO MST E SUA LUTA POR DIGNIDADE NO CAMPO

A participação da juventude do MST nas lutas é fundamental, porque os jovens e adolescentes ficam com a mente mais aberta para as ideias que visam a luta pela garantia dos direitos. Nosso papel é [...] é fortalecer a luta, desconstruir expressões e conceitos, ampliando assim as formas de dignidade da juventude do campo (L.O.T).

A juventude do MST busca lutar por seus direitos, dentre essas lutas está a educação, a luta por escolas nos assentamentos e acampamentos; e isso tem sido uma luta árdua, que envolve inclusive a alfabetização dos jovens, adultos e idosos, que ainda nem todos têm acesso a essa educação. Sabemos que a maior parte dos assentamentos da nossa região ainda não tem nem Ensino Médio, como é o caso da comunidade do Assentamento Olinda.

Desde 1998 que já existe o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), mas ainda não atende a demanda que existe por parte de juventude camponesa. Atualmente (2019) há uma lista de mais de 12 jovens, do assentamento, que concluíram a Ensino Fundamental e estão sem estudar, aguardando a existência de um curso de Ensino Médio que contemple suas características, seus valores, sua cultura.

Essa luta pela ampliação da EEEF “ Saturnino Ribeiro dos Santos” tem sido uma luta da comunidade do Assentamento Olinda II, educadoras/educadores e Setor de Educação MST/ES, desde o ano de 2009, quando a demanda de estudantes do Ensino Médio foi apresentada a SRE de São Mateus, em reunião com representantes dos sujeitos citados. Porém esse contexto de ausência de Ensino Médio permanece em todo o estado do Espírito Santo.

Essa luta pela educação já vem sendo reivindicada por todos os sujeitos Sem Terra, inclusive pela juventude, em todos os níveis de escolarização: desde a alfabetização, a educação básica nos assentamentos e acampamentos, o acesso ao ensino médio e a universidade.

Sabe-se que para manter os jovens nos assentamentos e comunidades camponesas é muito desafiador, pois nem sempre no campo existe espaços de valorização de sua cultura, boas condições de trabalho e renda, escola para estudarem. Com isso, o

campo nem sempre é reconhecido como espaço de possibilidade de luta pela produção destes espaços que a juventude almeja. Mas é perceptível que se esses jovens tiverem oportunidade de um trabalho que proporcione a melhoria de sua renda, se houver escola de boa qualidade desde a Educação Infantil até a conclusão da Educação Básica no assentamento, que contribua com seu ingresso na universidade, se existir alternativas de lazer, formação permanente, produção e recriação de cultura que não sejam apenas o jogo de futebol, se houver energia elétrica e a possibilidade de adquirir eletrodomésticos, transporte etc., certamente grande parte da juventude do MST permaneceria nos assentamentos (BOGO, 1999).

Diante disso, nota-se que, este cenário provoca grande parte dos jovens dos Assentamentos vão buscar alternativas nas cidades em função da ausência de políticas públicas que contemple a juventude camponesa. Frente a essa realidade, muitos jovens acreditam que lá teriam uma vida melhor, mais divertida, com mais oportunidades de estudo e de trabalho.

Embora muitos jovens gostariam de permanecer no campo, mas na maioria das vezes, precisam mudar-se para estudar, e aí passam a habituar-se com a cidade, e depois de formados já não possuem tanto interesse em voltar para o assentamento. Mas como continuar se interessando pelo campo se nas escolas das cidades o campo tem sido visto como um lugar atrasado? O principal desafio da juventude do MST é retornar para suas comunidades ao concluir sua escolarização, uma vez que, nem sempre é possível permanecer no assentamento para estudar valorizando assim sua diversidade sociocultural.

Mesmo diante desse desafio de retomarem às suas raízes, os jovens que permaneceram ou retornam para o assentamento, afirmam que nas escolas de assentamentos coordenadas pelo MST, trabalham partindo de suas realidades, como por exemplo, a importância de amar a terra em que vivemos, porque o coletivo da escola compreende que “ensinar a juventude a utilizar a terra, evitar o uso de veneno e insumos químicos, desenvolver infinitas formas de adubação natural” (BOGO, 1999, p. 86), no sentido de valorizar e respeitar a vida, numa relação com o outro e com o mundo. O autor ressalta ainda que “a arte de produzir não pode ser mais importante

que a arte de se divertir, de sonhar e de construir nosso futuro, isso tudo faz parte da existência humana” (BOGO, 1999, p. 85).

O MST deve pertencer aos jovens em todos os sentidos: econômico, político, [...], cultural, ético. Precisamos, portanto, criar está mística, onde a juventude se sinta parte deste patrimônio construindo para libertar futuras gerações, prioritariamente, para que estes não tenham que repetir com tristeza, a poesia de Belchior “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais (BOGO, 1999, p. 82, 83).

A organização da juventude é de suma importância para que eles possam permanecer no campo com entusiasmo e torna-lo um espaço mais dinâmica, embelezando o assentamento, recuperando e preservando do meio ambiente, vivenciando a solidariedade entre os sujeitos Sem Terra em defesa dos seres humanos. Além disso, os jovens precisam contrapor ao capitalismo que só visa o lucro. A juventude Sem Terra deve visar o bem-estar do ser humano (BOGO, 1999).

4.1 A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO OLINDA II: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

É possível perceber que os governantes não estão preocupados com as condições de vida da classe trabalhadora. No que se refere aos sujeitos do campo essa realidade fica sendo pior porque essas trabalhadoras e trabalhadores esquecidos. A preocupação dos governantes tem sido acumular riquezas, enriquecendo cada vez mais a burguesia e tornando a classe trabalhadora escrava, principalmente com a reforma trabalhista e a reforma da previdência, neste sistema capitalista, desumano e cruel (M. F. A).

De acordo com o estudo, entrevista e observação na comunidade pesquisada, notase que os jovens do Assentamento Olinda II estudam até o 9º ano no próprio assentamento. A partir daí as oportunidades de acesso, permanência e continuidade são poucas, pois, alguns vão estudar em Escola Família Agrícola (EFA), no entanto, a maioria estuda no período noturno, na escola tradicional situada no Distrito de São João do Sobrado, porque eles não têm muitas opções, iniciam o ensino médio, mas nem todos terminam, uns porque não conseguem se adaptar o método da escola, outros procuram a cidade em busca de emprego.

Porém, percebe-se que a maioria permanece morando no assentamento, mesmo depois que casam; há jovens que vão estudar mas retornam para trabalhar no campo,

seja na produção artística ou agrícola, na escola ou em outras instituições mais próximas de suas casas e/ou municípios vizinhos. Como relata a jovem do assentamento Olinda II “ eu gosto de viver no campo, porque é um local mais calmo onde o contato com a natureza é bem maior, podendo produzir aquilo que nós consumimos de forma saudável. A qualidade de vida é bem melhor” (S. S. S).

No referido Assentamento a juventude participa da feira da Reforma Agrária dos Assentamentos Olinda II e Maria Olinda, que vem sendo realizada trimestralmente, participa da festa anual do aniversário do assentamento em parceria com a escola e comunidade, dos jogos que acontecem nos finais de semana e noites culturais realizadas pela escola Saturnino Ribeiro dos Santos. “Podemos evoluir e organizar campeonatos regionais de diferentes modalidades esportiva de áreas de assentamento procurando integrar esporte e estudo numa relação afetiva e solidária entre os jovens do assentamento” (BOGO, 1999, p. 96).

A partir da pesquisa desenvolvida com a juventude do Assentamento Olinda II percebe-se que os jovens saíram/saem da comunidade para trabalhar e/ou estudar. Como relata o educando, “Infelizmente tive que sair do assentamento para estudar em uma escola que não leva em consideração a minha realidade, minha cultura ou o que posso utilizar para a minha vida no futuro. Por isso acabei parando de estudar” (F. M).

Constata-se também que até o ano de 2014 não existia escola de ensino fundamental séries finais (6º ao 9º ano), por esse motivo, os educandos/educandas precisavam se deslocar para a escola do Distrito de São João do Sobrado, e como a escola não possibilitava a continuidade da produção de conhecimentos a partir das especificidades dos sujeitos do campo, com práticas pedagógicas, tais como mística, auto-organização, plano de Estudo, caderno da realidade – assim como a escola de 1º ao 5º, é notável que aos poucos os aspectos culturais desses jovens vão se perdendo.

Caldart (2000) ilustra essa temática ao afirmar que “o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e

com a sua participação, vinculação, a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2002, p. 26).

O estigma de que o campo não é bom, é atrasado, que ninguém sabe e não aprende nada, a escola do campo é ruim - também está presente na ideologia das escolas tradicionais que de alguma forma, acaba sendo transmitida para algumas famílias, e conseqüentemente, esse discurso se reproduz para os filhos/juventude.

A educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão mostrando seu rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão repetida: reduzir a educação a escolinha rural, à professora desqualificada, às massas de analfabetos, uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p.08).

De acordo com Bogo [...] a juventude de fato pode ser a força determinante dentro do MST, assumindo as tarefas de lideranças que já são distribuídas dentro das instâncias” (1999, p. 97). Porém, os jovens que moram no assentamento Olinda II afirmam que no campo é um lugar bom de se viver, de luta pela conquista de escola de boa de qualidade, de espaço de lazer, diversões, cultura, de troca de saberes, de produção de conhecimento. Destacam ainda que, além disso, o assentamento pode proporcionar condições de trabalho, sobrevivência e dignidade para todos que vivem no campo. Mas para isso acontecer é preciso que as pessoas que sobrevivem no campo batalhem juntos para isso acontecer. Como ilustra a educanda, ao afirmar que (...)

(...) Viver no campo é legal, tranquilo, calmo e eu gosto de morar aqui pois conheço muita gente, tenho contato com a natureza, onde é possível produzir o alimento que consumimos, tenho muitos amigos e gosto muito da escola onde estudo. Mas para melhorar ainda mais o assentamento, será necessária muita luta de todas as pessoas que vivem aqui (M. M. F. A).

Outra jovem fala da importância de viver no campo, porém ressalta a necessidade das famílias se organizarem coletivamente, na perspectiva de lutar por políticas públicas que possibilita melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na comunidade do assentamento Olinda II

O local onde moro é um bom lugar para se viver, mas poderia ser melhor se tivesse atenção por parte dos governantes, para saúde, segurança, cultura e educação. É preciso também organizar melhor o assentamento com os

núcleos de base, assembleias etc, com a participação coletiva, buscando realizar ações para melhoria da comunidade (L. M. P).

Há no assentamento existe (2018) 46 jovens de 14 a 30 anos. Destes, 15 mudaram do assentamento, alguns casaram e outros saíram para estudar ou trabalhar. Dos 32 jovens que permaneceram no Assentamento Olinda II, 12 responderam o questionário e 06 foram entrevistados.

Grande parte dos jovens da referida comunidade assentada, relata ainda que, quando não tinha escola de 6º ao 9º ano no assentamento a quantidade de jovens vivendo na comunidade era menor, pois eles estudavam na escola do Distrito de São João do Sobrado. A partir do ano de 2014 a EEEF “Saturnino Ribeiro dos Santos” começou a funcionar o ensino fundamental completo, dando continuidade às práticas pedagógicas em que os educandos/educandas exercitavam até o 5º ano: a relação teoria e prática, lida com a terra, a importância e a valorização da terra, da luta, da produção de saberes e dos valores do homem e da mulher do campo, porque se não existisse os trabalhadores/trabalhadoras do campo para plantar a cidade não teria o que comer, porque mais de 70% da produção de alimentos que abastece a maioria da população brasileira com alimentos saudáveis é a agricultura camponesa. Quem vai da continuidade a esse trabalho se os jovens não ficarem vivendo no campo?

Os jovens do Assentamento Olinda II estudam até o 9º ano no próprio assentamento, a partir daí existem poucas oportunidades, alguns vão estudar em escolas famílias agrícolas, outros estudam no período noturno na escola do distrito se São João do Sobrado. Há um uma parcela desses jovens que começam a estudar e interrompe os estudos e ainda os jovens que apenas conclui o ensino fundamental, pois não consegue permanecer estudando em função da inexistência de uma escola, em sua comunidade, que contemple suas características, cultura, seus anseios.

No Assentamento, a maioria da juventude contribui com os pais nas feiras livres, nos finais de semana, participa da Feira da Reforma Agrária, realizada a cada três meses; se envolve na festa do aniversário do assentamento, na festa anual da EEEF “Saturnino Ribeiro dos santos”, com a realização da tradicional cavalgada, dos jogos

de futebol nos finais de semana, bem como diversas atividades culturais desenvolvidas pela escola Saturnino.

Vale ressaltar que existem jovens do Assentamento que contribuí com o fortalecimento do Movimento Sem Terra ao assumir compromisso com a Direção Regional do MST e coordenação dos núcleos do referido Assentamento. Estes têm a função de representar as famílias nas reuniões, encontros e demais atividades desenvolvidas pelo MST.

A pesquisa possibilita notar também diante de conversas com jovens, que a partir do ano de 2017 deu-se início o grupo de jovens Movidos Pela Fé - PJR (Pastoral da Juventude Rural). Esses jovens realizam eventos para interagir com outras comunidades buscando meios de integração e de diversão saudável. Eles participam de feiras culturais que recebem jovens de outras comunidades e fazem visitas nas residências da juventude levando um pouco de amor e alegria a quem precisa. Uma jovem destaca a militância de jovens do campo por moradia, educação, liberdade, enfim, a luta por uma vida digna,

Os jovens estão conquistando a igualdade, um futuro melhor, moradia digna, educação [...]. Mas alguns jovens buscam ter liderança, ter sua liberdade, quer ser aquela pessoa de frente buscando seu espaço na sociedade, quer ter o direito de ir e vir. Os jovens de hoje que estão participando da luta estão buscando superar os desafios viver bem no campo (L. L. S)

Outra jovem ilustra a importância da organização da juventude e da realização de eventos culturais,

Participar do grupo de jovem e das feiras culturais nas comunidades do campo foi importante para nós que estávamos envolvidos, porque era um momento de nos reunir para trocar experiências, se divertir, socializar os produtos cultivados nas comunidades e nos organizar para as próximas ações (M. M. F. A).

É importante observar como os Sem Terra, mediante um processo de articulação/conscientização-pedagógica, vão conquistando áreas e espaços onde passam a serem reconhecidos, e, na continuidade do processo, vão se constituindo em um movimento social de luta pela Reforma Agrária, com características próprias, é nessa perspectiva que se busca reconstituir a caminhada do MST no Espírito Santo, adotando como guias as ações concretas de lutas (ocupação) pela terra e a

organicidade que, por seu intermédio, se instituiu em seus diferentes aspectos e setores (PIZETTA e SOUZA, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo é fruto da luta dos camponeses/camponesas, pois em seus processos de resistência vêm defendendo a permanência da juventude em seu território de origem. Considerando suas necessidades e características específicas, o Movimento Sem Terra busca trabalhar em seus processos formativos os princípios da formação humana e da justiça social, na perspectiva de superar os desafios que os jovens vêm enfrentando para viverem no e do campo.

Vale ressaltar que ao ofertar o direito ao acesso, permanência e continuidade a escolarização a juventude do campo, possibilita a esses sujeitos permanecer no campo e ampliar seus conhecimentos, contribuindo assim com o seu desenvolvimento sociocultural, na perspectiva de cooperar com a formação integral, possibilitando dessa forma a melhoria de sua qualidade de vida e com o fortalecimento do Assentamento Olinda II.

Nota-se que, quando há organização e luta dos jovens pela promoção do direito a cultura, lazer, trabalho, a juventude vive no campo e gosta do espaço em que vive e o valoriza no ambiente digno de se viver. É perceptível que uma grande parte da juventude que ainda reside no campo, em geral, quando não participa de alguma atividade relacionada à comunidade ou ao movimento social como, por exemplo, o MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra), sai do seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida, nas grandes cidades.

De acordo com a pesquisa, percebe-se que, se não fosse a coragem e a rebeldia organizada dessa brava gente Sem Terra, na ânsia de romper as cercas do latifúndio do saber, das injustiças e da exclusão, o MST acredita que é preciso permanecer na luta pela realização dos sonhos, justiça social e dignidade humana. O Movimento busca fortalecer a luta por escola, com uma pedagogia voltada para a realidade camponesa, que exercite valores humanistas e socialistas. O MST vem buscando um jeito de lidar com a terra, priorizando assim a agroecologia, a preservação e recuperação ambiental. (PIZETTA e SOUZA, 2005).

O Movimento tem buscado alternativas que possibilite a juventude viver no e do campo. Ao envolver os jovens no Setor de Juventude e Cultura e nas atividades organizativas dos assentamentos e acampamentos. O MST procura permanentemente ampliar sua participação nas lutas por escola de Ensino Médio, Curso superior, áreas de esporte, lazer e cultura, permitindo assim que estes sujeitos vivam no campo com coragem, rebeldia e esperança de conquistar seus objetivos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. N. R. Reconstruindo a trajetória das mobilizações e lutas pela educação escolar no MST Bahia na década de 1990, In: FIRMANO, Frederico daia e GONÇALVES, Moisés Augusto (Orgs.). **Horizontes da luta social** – os sujeitos da política. Belo Horizonte: Bookjuris Editora, Coleção Olhares do Dissenso, vol.II, 2010.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Pesquisa Participante**. Carlos Rodrigues Brandão (Org). São Paulo: Brasiliense, 2006.

CALDART, R. S. PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

_____. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. (Org.). **Educação do campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação nacional Por uma educação do campo, 2002a. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

_____. Sobre educação do campo. In FERNANDES, B. M. [et al.]; SANTOS, C. A. (Org). **Educação do Campo**: Campo – políticas públicas – educação. Brasília, DF: Articulação nacional Por uma educação do campo, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 7.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABERTIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. **Documento Nacional Preparatório à IV Conferência Internacional de Educação de Adultos**, Brasi: MEC, 2016.

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto de lutas do MST**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

_____. forumeja.org.br/es/sites/forumeja.org.br.es/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Campo%20no%20ES.pdf

FRANÇA, M. F. Vivências da Pedagogia do Movimento em Escolas de Assentamentos MST/ES. **Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **Princípios da Educação do MST**. Caderno de Educação nº 08. São Paulo, 1996.

PIZETTA, A. J. e SOUZA, A. P. **Entre Luta, Esperança e Utopia: A caminhada do MST no ES no período de 1984 a 2005. A reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade.** Vitória – ES, Gráfica e Editora Ltda, 2005

_____.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24758/22819.

Acesso em 18 outubro de 2018.

_____.mst.org.br

SPOSITO, M.P., e CARRANO, M.C. **A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil.** Tempo Social: revista de Sociologia da USP. São Paulo, 2005,17(2), 141-172.

WHITAKER, D. C. A.; ANTUNIASSI, M. H. R. **Escola pública localizada na zona rural: contribuições para a sua estruturação.** Cadernos Cedes, n.33, p.9-42, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO CENTRO UNIVERSITÁRIO NORTE DO ESPIRITO SANTO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO OLINDA II: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE VIVER NO/DO CAMPO

Nome: _____

Escola: _____

Ano: _____ Data: _____

QUESTÕES DE ENTREVISTAS

- 1 O que é ser jovem?
- 2 Você gosta de viver no campo? Por quê?
- 3 Você considera o local onde você mora um bom lugar para se viver? Você acredita que este lugar poderia ser melhor?
- 4 Quais as mudanças você acredita serem necessárias para melhorar o local onde você mora?
- 5 O que você gostaria de buscar, junto aos governantes para garantir que os direitos dos trabalhadores do campo, possam ser, de fato, colocados em prática?
 - A) Alimentação saudável
 - B) Educação
 - C) Saúde
 - D) Esporte/Lazer
- 6 O que querem para o futuro?

Boa reflexão!

Obrigada por contribuir com a realização desse trabalho.

APÊNDICE 02

DECLARAÇÃO

Eu _____,
residente no Assentamento Olinda II, distrito de São João do Sobrado, Pinheiros/ES,
declaro para os devidos fins e efeitos legais de direito, que estarão disponíveis os
questionários/entrevistas realizadas por mim, na perspectiva de contribuir com a
Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Educação e
Ciências Humanas do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito
Santo, curso de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvida na
CEUNES/UFES – com o tema: “A Juventude do Assentamento Olinda II: desafios
possibilidades”.

E que, para maior clareza, firmo o presente enquanto sujeito da Pesquisa,
responsabilizando-me por essa declaração.

_____ ES, ____/____/2019

Assinatura